

**Moção Q**

**QUEBRAR CORRENTES,  
LUTAR PELO  
SOCIALISMO**



*O objetivo do Bloco de Esquerda é a superação efetiva do atual estado de coisas. A sua potência política é a de constituir um polo anti-capitalista, de pensamento e ação, de construção de projetos e de criação de movimento, para romper com os limites da política institucionalizada.*

*A quem se contenta com um fechamento auto-laudatório respondemos com a urgência de estabelecer pontes de diálogo e ações concretas que agreguem cada vez mais pessoas por um outro tipo de sociedade. E a quem acha que só é possível uma estratégia de massas deixando de lado a radicalidade respondemos que só quem for efetivamente à raiz dos problemas conseguirá ser mobilizador e transformar o que é preciso.*

### **CORRENTE 1: A RESPOSTA INSUFICIENTE ÀS CRISES**

A crise provocada pela pandemia veio somar-se às crises económica, ambiental, alimentar, humanitária e da representatividade política tradicional do capitalismo neste início de século, multiplicando ameaças para a classe trabalhadora. Esta terá de se preparar para enfrentar de maneira dura uma burguesia que tentará passar, como de costume, a fatura destas crises aos de baixo. Pela nossa parte, não nos podemos dar ao luxo de ficar apenas na defensiva, de acreditar na bondade de «bazucas europeias», de alimentar a ilusão de que um Partido Socialista um bocadinho menos social-liberal seria o suficiente para lidar com a gravidade da situação ou o mito de um regresso à «normalidade». Até porque a normalidade do sistema sempre foi a estabilidade das estruturas de exploração e opressão; o anti-capitalismo não se esconde no recuo tático permanente e sem horizonte estratégico de transformação. O anti-capitalismo é agora.

### **CORRENTE 2: O ECOSOCIALISMO NÃO É UMA FLOR NA LAPELA**

O capitalismo globalizado soma à exploração e dominação entre seres humanos os ataques aos frágeis equilíbrios ambientais. E o desastre ecológico em que já estamos mergulhados é uma bomba-relógio que não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder nem se desarma com meias-medidas. Não há tempo nem condições para continuar com a política as usual.

Por isso, o ecossocialismo não pode ser uma flor na lapela, para ostentar em dias de festa, nem uma reflexão genérica, justa mas sem relação com o aqui e agora. Tem de ser uma prática política e programática concreta no centro da política do Bloco: um projeto de transformação radical do planeta, que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa a comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. Desta forma, a crítica da economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade.

### **CORRENTE 3: A DITADURA DO AUSTERITARISMO EUROPEU**

Episódios recentes, como a chantagem e a espoliação da Grécia e o Brexit, ilustram simultaneamente os problemas do processo de integração europeia e a incapacidade que as esquerdas têm tido de lhes oferecer uma alternativa satisfatória.



O consenso no campo do euro-liberalismo austeritário tornado lei no Tratado Orçamental, do securitarismo demonstrado no fecho de fronteiras, na guerra contra refugiados no Mediterrâneo e na proposta opaca de criar um exército europeu não consegue disfarçar que é um mínimo denominador comum fraco entre as burguesias europeias, acentuando desequilíbrios no continente, penalizando o Sul e fragilizando as democracias nacionais através de imposições e «inevitabilidades».

O sonho europeu resultou numa crise de hegemonia incapaz de mobilizar o centrão político a partir do qual foi construído. Mas é também o pesadelo de uma esquerda que não consegue imaginar como romper o cerco da «política única» permitida e como articular a escala nacional com a europeia.

A implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas dos impostos sobre a riqueza ou a reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes que estão por detrás delas e para o qual se tem de estar claramente preparado.

O Bloco tem de estar no cerne deste debate em Portugal e na Europa, afastando a dicotomia entre um nacionalismo utópico e isolacionista e um processo de integração europeia destinado a perpetuar o neoliberalismo. É preciso lançar um profundo debate interno sobre as alternativas em jogo e delinear diferentes planos de ação para diferentes situações.

#### **CORRENTE 4: A POLÍTICA QUE SÓ OLHA PARA O UMBIGO**

Internacionalista por definição, o Bloco não pode cair na armadilha de pensar que a política que interessa é a que só se faz aqui e que o mundo é um lugar distante. É fundamental criar novas formas de cooperação internacionalista e pensar o mundo para lá da Europa, num contexto cada vez mais multipolar e onde a ordem do capital se manifesta de forma generalizada.

Há um mundo de dominação e de resistências que é também o nosso. Por um lado, é um mundo onde a ânsia imperialista não conhece limites, com o controlo militar e económico a ser alvo de disputa entre velhos e novos imperialismos. Populações como as do Líbano, da Líbia e da Síria continuam a ser dizimadas por guerras onde várias potências pretendem impor os seus interesses; a Palestina continua a viver numa forma de apartheid; vários povos da América Latina continuam a sofrer pressões e processos golpistas fascizantes, com o acelerar da destruição da Amazónia a ser um dos marcos máximos da destruição humana e ambiental; o neocolonialismo empresarial, a lei da dívida eterna e a pobreza num mundo de abundância continuam a ser a realidade de grande parte da humanidade. Os quase 30 milhões de refugiados e cerca 80 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo – mais de 1% da população mundial – são uma marca profunda do falhanço do sistema.

Por outro lado, é um mundo onde novas expressões de descontentamento despontam, desde o movimento Black Lives Matter nos EUA mas também várias outras mobilizações anti-racistas noutros pontos do planeta, aos novos feminismos e movimentos LGBT+ que têm vindo a sair ruas com força, aos movimentos camponeses, como por exemplo os indianos em luta contra a liberalização, aos indígenas, entre tantos outros.

O Bloco tem de ser o partido do diálogo com quem constrói estas alternativas quotidianamente em todo o mundo, da solidariedade sem fronteiras, que vai buscar experiências, forças e apoios bem para lá do plano nacional e europeu.

#### **CORRENTE 5: A AUSTERIDADE COMO UM FADO E A PRECARIIDADE COMO A NOVA FORMA DE VIDA**

A geringonça interrompeu a política austeritária agressiva para a substituir por uma austeridade light, não invertendo o essencial da política de favorecimento do capital face ao trabalho. A praga da precariedade per-



manente, que não se sente apenas no contexto laboral mas em todas as vertentes da vida, continua imparável, com repercussões estruturais não só na distribuição dos frutos do trabalho, mas também na deterioração da saúde mental e na falta de perspectivas para a realização dos sonhos de cada um e de cada uma de nós.

Agora, a pandemia atingiu de forma mais agressiva pessoas mais debilitadas e com patologias diversas e reforçou igualmente a hostilização a comunidades vítimas de racismo, a desproteção das vítimas de violência doméstica e a pauperização de milhões, a muitos dos quais os parques apoios prometidos ainda não chegaram e o que chegou não foi suficiente.

As opções do governo, que preferiu em diversos momentos suspender direitos fundamentais como o direito de resistência em vez de nacionalizar a saúde privada para aumentar a capacidade de resposta à crise de saúde pública e que não garantiu uma proteção social forte para as vítimas da crise, devem ser combatidas e substituídas por um programa de emergência social, pela nacionalização de privados e forte investimento no SNS.

Portugal permanece ainda na cauda da Europa do investimento público, subfinanciando não apenas a saúde, mas também muitas outras áreas fundamentais, o que se repercute no aprofundamento dos problemas estruturais. As assimetrias no território continuam a ser profundas, à falta de um plano de transformação produtiva e ecológica que coloque as periferias no centro das políticas públicas. Nomeadamente perante o envelhecimento demográfico e o risco cada vez maior de incêndios incontrolláveis, é preciso não subordinar a política florestal a interesses privados para criar ecossistemas sustentáveis e lançar as bases materiais para uma repovoação do interior do país.

Na educação, a degradação do ensino público vai de mãos dadas com um projeto de descentralização que, em vez de abrir as portas para a democratização, é uma forma de impedir a construção democrática das escolas. A habitação é outra das áreas em que a geringonça não inverteu os problemas estruturais, com destaque para a especulação imobiliária nos grandes centros urbanos, que gera dinâmicas de gentrificação e limita o acesso a habitação de qualidade e acessível, ao continuar a beneficiar de um investimento residual e canalizado sobretudo para a subsídio do privado em vez da provisão pública.

A governação social-liberal mantém ainda intactos, embora momentaneamente adormecidos, o problema da dívida e da fragilidade e submissão da banca aos interesses financeiros da burguesia alemã. Um país sem perspectivas de transformações de fundo é um lugar onde a ansiedade e o medo proliferam sem travões, mas este caminho não é inevitável. O Tratado Orçamental não é o fim da história, a posse privada dos meios de produção não é um facto da natureza e há formas diferentes de viver do que na precariedade. A política da esquerda não pode continuar a ser a de apoiar governos do sistema, confinada à gestão do capitalismo e à política do mal menor. O Bloco não é o garante da estabilidade do poder instalado. Tem de ser a alternativa a ele.

## **CORRENTE 6: A FOBIA, O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO - O RENOVAR DO CONSERVADORISMO SOCIAL**

Há uma recente vaga de conservadorismo social que se tem espalhado pelo mundo, que encontra expressão política na extrema-direita e se manifesta quer digitalmente, com o crescimento das fake news e teorias da conspiração, das manipulações do ódio e do assédio online, quer fisicamente com as agressões nas ruas, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, na cultura, nos bairros, nos quotidianos das populações oprimidas e marginalizadas. Estas afetam sobretudo quem acumula vários tipos de vulnerabilidades: as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, precárias, pobres, trans são invisibilizadas na luta e, conseqüentemente, nas conquistas.

A esta vaga têm respondido quer denúncias sobre casos e agressões concretas quer marés mais gerais de mobilização contra as opressões estruturais que persistem. Estas são lutas que o Bloco considera fundamentais e recordam-nos que os movimentos populares são a base para a afirmação dos sujeitos políticos, nacionais e internacionais. Uma esquerda radical tem de ter constantemente presente que a classe não é o único



determinante de precariedade económica – ela cruza-se com discriminações étnicas, sexuais, de género e capacitistas (e muitas outras) – e que só uma transformação que supere os limites da crítica moral e individual poderá superar o atual estado de coisas. E uma esquerda radical reflete também criticamente sobre si própria, trabalhando por exemplo para colmatar o problema de não ter, nas suas fileiras, uma representatividade real de pessoas racializadas e de etnias marginalizadas.

O Bloco deve marcar presença naturalmente na luta feminista, antirracista, LGBT+, nos movimentos ambientalistas e de bem-estar animal e nos restantes movimentos sociais, recusando práticas controleiristas, sem querer atropelar as suas decisões, sem querer impor protagonistas, sem procurar sobrepor a sua agenda política às estruturas coletivas de cada um deles. Antes, o Bloco deve dialogar com estes de forma aberta e não sectária permanentemente, impulsionar o encontro, o debate e a partilha, alimentar os movimentos sociais e a organização coletiva sem esperar ganhar nada em troca, reconhecendo que a luta contra o conservadorismo e o abuso de poder só é realmente feita quando é o coletivo, e não a «direção», quem a move. Desse diálogo profundo, honesto, contínuo e de respeito mútuo, ficará a certeza que Bloco e movimento social não se confundem mas podem reforçar-se mútua e estrategicamente.

## **CORRENTE 7: O FASCISMO QUE SEMPRE ESPREITA**

Apesar de ter sido um golpe importante na constelação da extrema-direita, a recente derrota de Trump não significou sequer a derrota do «trumpismo» nos EUA quanto mais a deste campo político no mundo inteiro. A destruição das garantias do Estado Previdência, a crise social, a precarização e a pauperização das classes médias, o racismo e a misoginia impregnados nas formas hegemónicas de entendimento do mundo e a desestruturação dos equilíbrios entre blocos económicos em disputa continuam a ser combustível para a ascensão de soluções autoritárias.

Para além destas dinâmicas, este crescimento é potenciado também pela viragem à direita do centro e pelas cedências e normalizações da direita tradicional na sua tentativa de competir pelo espaço aberto por estas forças políticas.

De tudo isto resulta que há indícios muito preocupantes quanto ao crescimento da extrema-direita e de movimentos abertamente fascistas. O que ficou ainda mais cristalizado com o mais recente relatório da organização Hope not Hate – «Estado do Ódio, Extremismo de Extrema-Direita 2021», que demonstra que processos fascizantes avançam a todo gás por toda a Europa e um pouco por todo o Mundo, Portugal incluído.

Face a esta situação, é essencial que a esquerda construa narrativas de entendimento do mundo aplicadas ao momento presente que desconstruam os mitos em que se funda o fascismo e que desmanchem a hegemonia profunda das ideias conservadoras, inevitabilistas e desigualitárias.

É urgente também que o Bloco recupere a sua imagem e prática anti-sistema. Sem elas, há um espaço político vazio que vai tendencialmente sendo ocupado pelas forças demagogas da extrema-direita. Os acordos de governação com o PS, ao acentuarem a diminuição da dimensão do protesto, da mensagem de classe e da alternativa sistémica, deixaram ainda mais campo aberto para que o pior do sistema pudesse apresentar-se como se fosse uma forma de anti-sistema.

Não havendo receitas mágicas para combater a extrema-direita, é ao trabalho ativista antifascista, nas ruas e nos movimentos sociais, junto das pessoas, que cabe sobretudo responder efetivamente a esta tendência. Temos de voltar a colocar o debate público nos termos certos, a consciência de classe de que um trabalhador tem mais em comum com os seus colegas do que com o seu patrão, que não são as nossas origens nacionais ou étnicas que nos separam, mas sim os nossos interesses materiais, os nossos desejos de emancipação da vida e de democratização do espaço de trabalho que nos colocam frontalmente em oposição aos interesses dos donos do grande capital e dos seus adidos sicofânticos identitários e fascizantes. Há que travar o fascismo com socialismo.



## **CORRENTE 8: A ROTINA AUTÁRQUICA E A APARENTE FALTA DE ALTERNATIVAS LOCAIS**

Este é um ano de eleições autárquicas e o Bloco não vai faltar à chamada. Até porque a emergência de bases da extrema-direita terá de ser combatida com candidaturas abertamente antifascistas.

Para além disso, precisamos de candidaturas pautadas pela resposta às necessidades reais das populações, que ofereçam alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território, de construir comunidade, de fazer a diferença.

O Bloco não se candidata a estas eleições apenas para gerir a situação e recusa comprometer-se com executivos de direita ou sociais-liberais, submissos às lógicas da lei do valor, da gentrificação, da privatização de serviços públicos de proximidade, inativos perante as alterações climáticas ou insensíveis socialmente.

Não concorreremos a estas eleições apenas para levar a bandeira do partido às urnas, ou com o objetivo limitado de o construir à escala municipal. E temos presente a consciência de que a abnegação dos autarcas bloquistas choca com um muro de institucionalismo e com bloqueios das rotinas impostas como certas.

Para além disso, o Bloco de Esquerda não pode limitar o seu trabalho local à presença em órgãos autárquicos. A participação local não se mede sobretudo por números de eleitos. Mede-se pelo ativismo criado, pelas sinergias com movimentos, associações e demais organizações locais que defendem no quotidiano o direito das populações à cultura e ao desporto e promovem a educação e o bem-estar. Mede-se pela capacidade de potenciar as lutas das populações.

Um dos desafios do trabalho local do Bloco é criar dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, nos locais de trabalho, em escolas e universidades, em vários sectores da sociedade. Porque a organização, politização e atração de pessoas ao Bloco não podem ficar dependentes do mediatismo é preciso formar e disputar no terreno.

Na sua vida interna local, o Bloco deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o tarefismo. É igualmente necessária uma participação direta das bases na vida nacional do partido, para que não fiquem isoladas nas suas estruturas locais. Só através desta participação poderemos ter um partido que consiga estabelecer as pontes necessárias entre a política local e a política nacional, que neste momento tanto escasseiam.

O Bloco só pode frutificar como partido-movimento opondo-se a um modelo de funcionamento centralizado e centralista. A sua intervenção local e autárquica deve estar orientada para ajudar a encontrar alternativas juntamente com as populações. E deve propor-se a ir muito mais além do que ser meramente um bom gestor municipal, procurando mudar paradigmas políticos autárquicos.

## **QUEBRAR AS CORRENTES: ALTERNATIVAS PROGRAMÁTICAS PARA A LUTA**

O programa imediato do Bloco deve pautar-se pelas seguintes medidas urgentes:

> No plano das relações internacionais:

- Sair da NATO;
- Acabar com o Frontex e restantes mecanismos de vigilância contra a população imigrante em nome da liberdade total de circulação;
- Melhorar o acolhimento de pessoas refugiadas e apoiá-las na integração;
- Regularizar toda a população imigrante, alargando o seu direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos: sociais, culturais, económicos.



> No plano económico:

- Renegociar a dívida e denunciar a cobrança de juros agiotas;
- Referendar o Tratado Orçamental;
- Bater-se por alterar as regras do Euro e lançar um amplo debate à esquerda sobre as consequências de uma saída da moeda única;
- Recuperar o investimento público e investir nas funções sociais do Estado;
- Nacionalizar os setores estratégicos da economia: banca, energia, água, saúde, educação, transportes, infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos, indústrias da madeira e grande distribuição;
- Romper com as PPP e as rendas para empresas monopolistas;
- Tetos ou taxas para acumulação de capital por parte das grandes empresas;
- Conduzir uma reforma fiscal apoiada no controlo de capitais para financiar um aumento considerável do investimento público e do Estado Social;
- Aumentar o salário mínimo para 900 euros;
- Reduzir o IVA dos bens de primeira necessidade;
- Adotar políticas públicas que garantam não apenas o direito à habitação digna mas igualmente à decisão coletiva sobre o espaço;
- Aumentar a oferta de habitação pública, aprovar uma nova lei do arrendamento que regule o mercado baixando preços, que estabeleça tetos máximos de rendas e crie estabilidade nos contratos, e acabar com todos os incentivos à especulação imobiliária;
- Garantir que os transportes públicos não sejam privatizados e defender a gratuidade do transporte público.

> No plano das políticas sociais:

- Conduzir uma política de pleno emprego;
- Acabar com a lógica da condicionalidade nas medidas de proteção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- Diminuir a idade de reforma para 62 anos ou 40 anos de trabalho;
- Recusar a lógica da institucionalização das pessoas com diversidade funcional;
- Acabar com todas as formas de precariedade;
- Retirar da legislação portuguesa o código de trabalho imposto pela troika e priorizar a contratação coletiva dificuldade nos despedimentos;
- Diminuir o horário de trabalho para 30 horas para todos e todas, acabando com a figura da isenção de horário, e aumentar o número de dias de férias;
- Proibir estágios não remunerados e garantir acesso ao subsídio de desemprego a ex-bolseiros;
- Defender um subsídio de alimentação decente e igual para todos e todas;
- Criar lares públicos de forma a proteger e promover o bem-estar dxs idosos.



> Na saúde e na educação:

- Fim das taxas moderadoras na saúde;
- Programa de emergência para o combate à pandemia e pela saúde mental;
- Legalizar e regulamentar todas as drogas e, naquelas com valências terapêuticas, garantir que o Estado assume a sua produção e distribuição, travando a criação do mercado monopolista que se está a criar;
- Abolir as propinas e o regime fundacional;
- Aumentar os apoios sociais aos estudantes.

> Pela transformação do território e dos ecossistemas:

- Estimular o repovoamento através da criação de serviços públicos de qualidade por todo o território e privilegiando a produção de bens que permitam a soberania alimentar e energética e o respeito e viabilidade pelos ecossistemas a curto e longo prazo;
- Conduzir uma política agrícola e de reindustrialização que combine o respeito pelos ecossistemas com a satisfação das necessidades sociais, favorecendo fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis, recusando a exploração petrolífera no país;
- Empreender um programa de reflorestação que privilegie a floresta autóctone e combater o extrativismo primário para exportação que deixa uma pegada ecológica nociva, reduzindo brutalmente biodiversidade;
- Promover o cooperativismo, a economia solidária e as alternativas auto-gestionadas.

> No sistema político:

- Estudar a adoção do voto eletrónico e de mecanismos que permitam incrementar a participação eleitoral dos emigrantes;
- Reforma do sistema eleitoral para corrigir as distorções na representatividade, deixando de favorecer os maiores partidos.

## **ORGANIZAR A CONTRA-CORRENTE: UM PARTIDO-MOVIMENTO**

O Bloco chegou à política portuguesa com a promessa de fazer a diferença, não só mudando o mapa político nacional, mas também a própria forma de fazer política. Ousou definir-se então como partido-movimento. Mas, passados mais de 20 anos da sua fundação, surge apenas como partido tradicional: falta democracia interna, militância significativa e protagonismo das bases, sobra centralização, institucionalização e rotina.

A direção política está fechada em si mesma e perpetua-se, até a limitada regra de limitação de mandatos para os seus secretariados foi retirada dos estatutos na última Convenção; concentra as decisões fundamentais da vida do partido nas mãos de poucos, muitas delas tomadas não na Mesa Nacional mas na Comissão Política ou mesmo no Secretariado, um órgão que estatutariamente apenas teria «tarefas de coordenação executiva»; as decisões das Convenções são minimizadas, exemplo maior disso, a geringonça significou uma mudança de política fundamental que contrariava o inscrito na moção maioritária na Convenção anterior. Pelo contrário, a direção do Bloco tem de servir como meio de partilha e entreatada de militantes, não como o grupo que decide entre si aquilo que os militantes irão fazer a seguir.

Falta igualmente um debate estratégico mais vivo e mais formação política. É necessário repensar como intervir no mundo do trabalho para prepararmos uma ação mais eficaz. É preciso promover a discussão de



alternativas de fundo para a sociedade, que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das concepções de propriedade privada dos meios de produção ou ao funcionamento do imperialismo como ele existe hoje em dia.

O Bloco não pode ficar fechado nos limites confortáveis da ação política tradicional, na auto-construção imediatista, na propaganda do elogio em causa própria, mas deve ousar afirmar-se como o partido das solidariedades: procurará por isso potenciar redes ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização das pessoas mais desfavorecidas, estabelecendo as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição, e apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas.

Para transformar o Bloco num partido-movimento é necessário desfazer a ultra-centralização e a institucionalização.

Assim, é urgente:

- Limitar mandatos nos vários níveis da direção;
- Realizar referendos internos sobre decisões fundamentais;
- Criar um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões;
- Fazer renascer a formação política enquanto necessidade permanente;
- Valorizar, democratizar e atribuir responsabilidades reais ao trabalho de base;
- Estimular e apoiar a organização local e regional de aderentes em áreas geográficas em que o Bloco não tenha uma representação no terreno até agora relevante e interventiva;
- Criar um portal de transparência com informação atualizada sobre as contas do Bloco de Esquerda e as declarações de rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas;
- Estabelecer um salário único para funcionários e funcionárias e promover a rotatividade não só destes mas também nas posições de representação política, para evitar a dependência económica do partido. Reforçar o contacto real com as realidades da classe trabalhadora e estimular a criatividade e irreverência nas formas de fazer política.

*O Bloco de Esquerda afirma-se como um partido comprometido em juntar a uma democracia interna de alta intensidade, a abertura aos diversos movimentos sociais e o compromisso de se colocar ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização das pessoas mais desfavorecidas. Um movimento que acredita que a libertação da classe trabalhadora, dos grupos explorados, oprimidos e marginalizados, será feita por eles próprios ou não será.*

*«Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem», dizia Rosa Luxemburgo. Convocamos a força dessas vontades e dessas razões que se juntam para quebrar as correntes que, no país e no mundo, nos continuam a oprimir. Aqui estamos para construir esse Bloco em movimento, que coloca o socialismo como o horizonte necessário para o imediato. Isto apesar de haver quem diga que é uma **Quimera**.*



## SUBSCRITORES

Alexandre Frias Pinto	Europa	15001
Alexandre Nunes Cunha	Leiria	9201
Alexandre Pinho da Cruz Bonilha	Europa	9361
Amália Espridião de Oliveira	Évora	956
Ana Martins	Lisboa	6425
Aníbal Rodrigues	Europa	4354
Artur Gouveia	Viseu	12061
Carlos Carujo	Lisboa	101
Carlos Cerqueira	Lisboa	501
Catarina Galego	Lisboa	12105
Érica Almeida Postiço	Lisboa	5155
Frederico Mira George	Lisboa	652
Inês Ribeiro Santos	Lisboa	5334
João Patrocínio	Lisboa	13408
João Paulo Pereira	Santarém	9936
José Guerra	Setúbal	1032
José Manuel Dias	Évora	7667
Joseph da Silva	Lisboa	7978
Júlio César Gouveia	Viseu	3726
Leonardo Costa	Porto	9739
Luís Castelo	Portalegre	7904
Luís Miguel Santos	Lisboa	8954
Manuel Fernandes	Porto	11068
Maria José Samora	Lisboa	502
Miguel Barrantes	Lisboa	11466
Nuno Miranda	Lisboa	6547
Nuno Moniz	Porto	4325
Orlanda Silva	Leiria	2891
Paulo Nascimento	Beja	7034
Paulo Pica	Lisboa	14854
Ricardo Toste	Terceira/Açores	4120
Rita Ribeiro	Lisboa	11318
Rita Silva	Lisboa	2001
Samuel Cardoso	Lisboa	9828
Soraia Simões	Lisboa	14724
Tiago Toledo	Lisboa	11551
Vítor Gomes	Aveiro	3629